



Ponto Urbe

Revista do núcleo de antropologia urbana da USP

15 | 2014

Ponto Urbe 15

Espólio Arquitetônico: partilha, circulação e retorno do patrimônio demolido

Alberto Goyena



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2034>

DOI: 10.4000/pontourbe.2034

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Alberto Goyena, « Espólio Arquitetônico: partilha, circulação e retorno do patrimônio demolido », *Ponto Urbe* [Online], 15 | 2014, posto online no dia , consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/2034> ; DOI : 10.4000/pontourbe.2034

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© NAU

Espólio Arquitetônico: partilha, circulação e retorno do patrimônio demolido

Alberto Goyena

Introdução

- 1 Que destinos são dados aos restos e fragmentos das habitações desfeitas? Quem negocia o espólio das nossas antigas residências, lugares de trabalho, escolas, hospitais, estádios, prisões, pontes, viadutos e patrimônios? No que se transformam? O que há nesse entulho que se acumula em caçambas coletoras nas esquinas das cidades ditas modernas? Que categorias sensíveis organizam a matéria que compõe esse resíduo, produto final das obras de demolição?
- 2 Nos arredores das fábricas urbanas de fundição de metais, há homens e mulheres carregando restos arquitetônicos em *burros sem rabo*. Como os terão adquirido? Em feiras de antiguidades, vendem-se troços e retalhos de fachadas, madeiras e telhas de demolição. Quem terá desviado o fluxo dessas peças para esses locais? E o que aconteceu com as outras, com suas semelhantes, em termos de um todo arquitetônico? Supomos que se encaminhavam para um lixão, aterro ou para as encostas de rios e baías, tornando-os um tanto mais rasos. Contudo, uma série de triagens, ancoradas em distintas sensibilidades, faz por vezes com que a matéria demolida ressurgja, de forma tão imponderável quanto inusitada, no seio de uma nova construção arquitetônica. Que papel ocupam garimpeiros, garis e demolidores nessa determinação?
- 3 Embora a ideia de preservação, monumentalização e patrimonialização, seja correntemente oposta à da demolição, voluntária ou involuntária de estruturas arquitetônicas, certo é que ambas participam ativamente na elaboração de seleções e descartes que constituem os processos de transformação urbana. De fato, como veremos, o percurso do entulho é constantemente interrompido por triagens e desvios, contribuindo para a ideia de que o fluxo da matéria descartada vaza em todos os nós de

seu processo de decomposição. São assim oferecidos renovados fragmentos tanto para a indústria da construção civil quanto para as feiras de antiguidades, agências e institutos do patrimônio.

- 4 Em recentes estudos antropológicos, a categoria patrimônio tem sido largamente debatida, proporcionando tanto pesquisas mais afirmativas a respeito da importância dos processos de preservação – postulando-os como intrinsecamente valiosos para a construção ou manutenção de identidades coletivas – quanto estudos mais críticos apontando para o caráter eminentemente seletivo – ou mesmo falseador, petrificador e desubstancializador – das iniciativas de patrimonialização¹. Contudo, existem também abordagens mais *agnósticas*, para retomar a formulação de Christoph Brumann, que propõem uma suspensão das querelas sobre autenticidade e legitimidade dos patrimônios, em prol de uma retomada do trabalho etnográfico de seguimento dos materiais em seus fluxos de transformação. Também para antropólogos como Arjun Appadurai (1986), Bruno Latour (2008) e Tim Ingold (2013), estudos sobre cultura material ganham rendimento quando objetos são pensados como portadores de uma vida social e considerados sob uma ontologia que prefere os processos de transformação aos produtos finais, os fluxos e transbordamentos aos estados fixos da matéria. Com esse marco teórico em mente, acompanho aqui alguns processos de deslocamento e (des)valorização do espólio arquitetônico carioca².

Incêndio no sobrado

- 5 Na tarde de quinta-feira, dia 18 de março de 2010, o Largo de São Francisco de Paula, na área central do Rio de Janeiro, estava repleto de gente apreensiva, observando, contemplando, rindo, lamentando e empunhando aparelhos fotográficos na direção de uma de suas laterais, aquela que dá acesso à Rua do Teatro. Não se tratava contudo nem da expectativa pela saída de recém-casados pelos portões da Igreja de São Francisco, nem de uma acalorada congregação ou manifestação política. De fato, esse largo que resultou da drenagem de uma lagoa³ no século XVIII, foi palco para a coroação de Dom João VI, abrigou comícios durante a república velha, foi local de encontro de estudantes durante o período da ditadura militar e de manifestantes durante os mais recentes protestos das chamadas “jornadas de junho”⁴, passava naquela tarde de março por uma agitação toda outra. Em alguma medida, era o próprio cenário que estava em transformação.
- 6 Um grande incêndio tomava conta de um antigo sobrado, o número 21 do logradouro. Em pouco tempo, passavam também a arder em chamas os números 19 e 23, todos eles inscritos, desde os anos oitenta, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, no marco da política de preservação arquitetônica que delimitou as áreas do chamado Corredor Cultural do Centro da Cidade⁵. Adjacente à construção que ocupava o número 19, está a igreja de São Francisco de Paula, construção que teve sua pedra fundamental lançada em 1759 e que é tombada, em âmbito federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- 7 Na lateral perpendicular à Rua do Teatro, localiza-se o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Assim que tomaram conhecimento das proporções do incêndio, funcionários da universidade ordenaram a evacuação do prédio, somando ao agrupamento crescente de pessoas no largo, uma boa cota de alunos, secretárias, seguranças, funcionários e professores da universidade. Para mim, que assistia a um seminário de antropologia do espaço⁶ no quarto andar do

instituto, o evento era uma boa oportunidade para começar a fazer algumas anotações que poderiam ser úteis para uma pesquisa que iniciava naquele ano, tendo a demolição como tema central.

- 8 Quando desci a escadaria da universidade, o corpo de bombeiros já havia estacionado seu caminhão na esquina do largo e uma dezena de homens pesadamente uniformizados pulverizava algum composto líquido por cima das chamas crescentes. Por volta das 16 horas, ouviu-se um grande estrondo. Seguiu-se a ele o ruído alarmante de um desabamento que era muito mais sonoro do que visual. Não só as altas chamas, mas uma densa cortina de fumaça tornava difícil a apreciação visual daquilo que parecia ser a queda de uma laje. De tão quente, o ar que envolvia a construção fazia barreira aos curiosos. Não tardou para que novas chamas se fizessem notar na empena de um quarto número do logradouro, o sobrado 25, onde funcionava a Casa Colibri de alimentos e comércio de animais domésticos, aves e peixes para criação e consumo.



Figura - Incêndio na Rua do Teatro. Fotografia de Antônio de Moraes Regly, 2010

- 9 O prédio aqui em foco chamava-se Bazar Franciscão, conglomerava os números 19 a 23 do logradouro e era de fato muito frequentado pelos alunos do IFCS. Em sua sobreloja havia toda uma biblioteca de papéis em branco à espera de duas fotocopadoras, aparelhos que terão imprimido centenas de trabalhos de fim de curso, além de cópias de trechos de livros de filosofia e ciências sociais, dissertações e teses apresentadas aos distintos departamentos do instituto. Decerto, mais de uma pesquisa terá ardido em chamas naquela tarde. No andar de baixo, funcionava um grande bazar onde eram comercializados diversos materiais construtivos – havia madeiras, metais, cimentos, rejuntas, ferramentas de construção e também artefatos de cozinha, jardinagem e tantas outras variedades.
- 10 Atento às conversas do público que assistia ao incêndio e seguia o trabalho do corpo de bombeiros, ouvi quem lamentasse a perda de mais um antigo sobrado do centro da cidade. “Com o tombamento desses sobrados, só um incêndio mesmo para dar vazão à

especulação imobiliária”, comentava um passante⁷. Havia quem criticasse o trabalho dos bombeiros e quem especulasse sobre possíveis causas para a tragédia. “Isso aí é mais um curto-circuito!”, “a prefeitura tem que fazer melhores vistorias nesses estabelecimentos!”. Havia quem, atônito, comentasse em voz alta que vinha comprar algo no bazar, encontrando-o naquele singular estado. Vi também gente dançar e rir para todo aquele laranja incandescente, porque parece que sempre há mais de um pirômano a se deleitar nesses eventos urbanos. Outros, ainda, tiravam fotografias e filmavam, nem sempre olhando pelo visor, estendendo telefones celulares para o alto, registrando o momento sabe-se lá com que finalidade⁸. Como bem escreveu Caio de Menezes, em nota publicada na noite daquela quinta-feira no *Jornal do Brasil*, o fogo na Rua do Teatro foi mesmo de cinema.

- 11 Por volta das oito da noite, o incêndio parecia controlado e, embora ainda saísse muita fumaça do sobrado, ao olho leigo, já não parecia haver riscos para os prédios adjacentes. Quando os bombeiros e funcionários da Defesa Civil partiram, deixaram uma faixa amarela restringindo a passagem pela Rua do Teatro. Uma viatura da Polícia Militar permaneceu estacionada no largo. No dia seguinte, as aulas retomaram na universidade e os pedestres que passavam pela região desaceleravam seu passo, quando não o detinham, para observar o que restava daquela fachada: um avarandado de ferro fundido por despencar e um jogo de janelas desvidradas que se abriam para uma cobertura destelhada. A metade que ficara de pé dava uma dimensão da parte ausente, tornada um amontoado aparentemente caótico de materiais retorcidos.
- 12 No intuito de seguir de perto esses primeiros dias logo após um desabamento, retornei ao local durante o final de semana para perceber com surpresa que um grupo de pessoas sem uniforme identificável andava pelos escombros. Pareciam procurar alguma coisa. Calçados apenas com finas sandálias de borracha, como para moldar-se melhor ao solo disforme que desbravavam, faziam prova de resistência ao calor e às pontas mal recortadas pelo fogo. Tão ágeis e firmes quanto calejados, moviam-se com uma segurança lenta pela fumegante mistura de um terreno rugoso, irregular, espinhoso e ainda em brasas.
- 13 O escombro é mesmo um terreno traiçoeiro, uma sorte de antítese do trabalho arquitetônico de alisamento e classificação do espaço. Lá, cada passo é passo em falso, buscando se reequilibrar, agarrado na matéria já deslocada que o sustenta. Um resto de tijolo empurra uma viga, fraqueja uma ripa, esfarela e afunda. Quase irreconhecíveis, as portas que até dois dias antes ainda separavam um recinto do outro, fundiam-se agora com os cimentos arrebetados das lajes, canos de cobre furados e arqueados, arames e chapas retorcidos, gigantescos pregos e parafusos tortos, muitos na vertical.
- 14 Agachados, munidos de chibancas e cavadeiras, esses três homens remexiam os escombros do sobrado, triavam, retiravam camadas de tijolo, blocos de cimento, areia, cinzas e restos metálicos. Mas andavam também com grandes sacos brancos de farinha, enchendo-os com objetos saídos de sua escavação, como quem recolhe batatas largadas no campo e as põe em uma cesta⁹. De tempos em tempos, carregavam os sacos até a calçada e colocavam-nos em um *burro sem rabo*, móvel projetado sobre duas rodas de automóvel com uma plataforma de carga de uns dois metros de largura e um par de braços para tração humana. Ali estavam outro homem e uma mulher sentada na plataforma, revirando os achados. Revezavam-se entre a tarefa de entrar no escombro e aguardar perto do *burro sem rabo*. Quando um ia, outro chegava, como para descansar o corpo daquele calor que emanava do antigo sobrado. Juntei-me aos que esperavam ou vigiavam

os achados e me apresentei a eles como estudante interessado em demolições e desabamentos.



Figura - Garimpo nos escombros. Fotografia A.G., 2010

- 15 Eu já trabalhei em duas firmas de demolição, mas agora estou por conta própria. Aqui nestes sobrados velhos tem muito material que já não se encontra mais. Madeiras de lei, metais caros. É uma pena que aquela pedra da fachada tenha se partido na queda. Se não, tirava uns quinhentos nela, conheço um colecionador”. (Russão)
- 16 O que eu estou fazendo? Sou garimpeiro. Estou nisso faz dez anos. Já trabalhei com empresa de demolição também. Deste sobrado já levei ferro, cobre, deu uns 15 quilos de cobre. Dão 200 reais para 18 quilos de cobre, lá no ferro velho. Agora estamos querendo tirar aquele cano de lá... (...) Nós puxamos o burro mas não somos burros!” (Carlos)
- 17 Segundo a categoria nativa, eram *garimpeiros*. Não da sorte que extrai metais preciosos de uma serra distante, mas do tipo urbano, que percebe e recebe pelo valor das coisas aparentemente arruinadas ou carbonizadas. Carlos me explicou que em uma cidade como o Rio de Janeiro, sobretudo em sua área central e mais antiga, há frequentes acidentes e desabamentos de estruturas arquitetônicas.¹⁰ Segundo o garimpeiro, como existe também um mercado e grande interesse por fragmentos de materiais antigos, sejam eles construtivos ou decorativos – como avarandados de ferro fundido, azulejarias, madeiramentos ditos *de lei* ou, ainda, pedras talhadas de uma fachada – a atividade de garimpo urbano contava com uma conjuntura favorável, tornando-se rentável viver do comércio do que chamarei aqui de espólio arquitetônico¹¹.
- 18 Você acha de tudo numa casa velha, até cofres cheios já achamos. Se der azar vai estar cheio de cruzeiros. Mas aí você vende o cofre. Dá pra ganhar dinheiro no garimpo, sustentamos uma família com isso. Mas temos que dar o couro em troca da peça. (Carlos)
- 19 Com os escombros do sobrado ainda em brasas, acompanhei uma posterior entrada de Carlos, sua nova invasão àquele sobrado interditado pela Defesa Civil da cidade, com vigas

retorcidas, restos de muro arqueado e uma fachada arruinada que parecia querer despencar. Embora a viatura da Polícia Militar ainda permanecesse estacionada no largo, não nos foi oferecida nenhuma resistência. Segundo me confidenciaram os garimpeiros, “agora fazem vista grossa, mas depois passam aqui pra ver o que achamos e levar alguma coisa para o bolso deles” (Russão).



Figura - Chibancas e Cavadeiras. Fotografia A.G., 2010

- 20 Munidos de um ímã, os garimpeiros andavam pelo sobrado encostando-o nos metais. Disseram-me que para vender diferentes tipos de material a ferros-velhos, era fundamental saber como identificá-los. Detiam-se pois sobre uma peça e conversavam sobre a melhor forma de retirá-la. Algumas peças deviam ainda esfriar, esperar sua hora de ser removida. Nos sacos de plástico reforçado depositavam diferentes achados que brotavam de suas escavações, objetos antes à venda nesse bazar e agora disponíveis para quem tivesse a “coragem de fuçar nos escombros” (Marques). Embora pudessem apresentar um aspecto descartável para alguns, os objetos recolhidos – e sobretudo as próprias estruturas do sobrado – ainda tinham alto valor de troca para os garimpeiros¹².

Tem vários tipos de sucatas, lá no ferro-velho eles compram de tudo, por quilo, seguindo uma tabela que dá o preço de mercado de cada material (Carlos).

Se o ímã grudar, é aço ou ferro. Se não grudar aí pode ser cobre, latão ou alumínio... ou prata! O latão é mais pesado que o cobre, mais amarelado. Daqui já tiramos estanho também, é um metal bem flexível (Russão).

- 21 “Mas o ferro-velho nem sempre aceita tudo”, ponderava a garimpeira Silvana, “tem muita peça que eles rejeitam, como cobre de fiação, bueiros...”. De fato, explicaram-me, as peças que chegam à fundição com alguma marca do poder público ou sem aspecto degradado não são aceitas na balança, levantando a suspeita de terem sido retiradas ainda em serventia e constituindo crime contra o patrimônio público. Para burlar essa restrição, confidenciam-me esses garimpeiros, eles por vezes fragmentam a peça em pedaços menores, tornando menos identificável a sua procedência¹³.
- 22 No caos do escombros, tudo parece fora de lugar, uno pelo vão livre formado por paredes tombadas. Esfarela-se a diferença clara entre exterior e interior, piso e cobertura, estrutura e ornamento. Como a inesperada flora que encontra espaço entre uma pedra e outra nas calçadas, surgiam dessa massa cozida em tons de preto, cinza e terracota, um pedaço de alicate, um balde azul, uma ponta de martelo, chaves de fenda, tesouras, cadeados em U para bicicletas e um monte de vinis, alguns ainda redondos. Havia coisas que, apesar de mutiladas, podiam ser reconhecidas, outras ainda exigiam certo debate.
- 23 “Tem muito engenheiro que não conhece a madeira”, dizia Carlos, “mas nós estamos acostumados a reconhecer pelo cheiro e olhar”. Aproximou-se de uma viga, tomou do bolso uma faca, raspou a madeira, cheirou e disse, “isso aqui é pinho de Riga, vamos levar, ainda está boa”. Enquanto seguia a Russão e Carlos, que me guiavam e ensinavam a andar no escombros e faziam sua descrição e estudo do sobrado, outro garimpeiro, Marques, passou por nós. Ele voltava para a calçada com seus achados nas costas, dizendo: “Somos um grupo de leões tentando abater uma presa!”.
- 24 No dia seguinte, puseram-se a executar o plano que haviam imaginado para a retirada de um cano de cobre agarrado nos tijolos frouxos do muro lateral do sobrado. Golpearam, desparafusaram, equilibraram e arrancaram. Instantes depois saíam andando com uma peça arqueada que devia medir mais de três metros em direção ao burro sem rabo. Puseram-na lá. Parecia mesmo, retomando a metáfora de Marques, uma ossada de baleia. “É para você ver que quem sabe tirar direto não precisa de maquinaria”, acrescentou Russão, expressando uma ideia recorrente entre os garimpeiros, segundo a qual não haveria engenharia mecânica à altura das distinções sensíveis executadas pelo olhar, tato e olfato das triagens que lhes são próprias.
- 25 Comprei-lhes água, alguns salgados e repartí cigarros também. Noutro dia, pediram refrigerantes, disseram que era melhor para trabalhar na “quenturia”. Durante as pausas, aproveitava para conversar sobre as vicissitudes de sua atividade. Disseram-me que

moravam em prédios invadidos, no Estácio. Explicaram que sua lógica de garimpo respondia a uma série de leis, entre as quais a premissa de que “o primeiro que vê a coisa, leva”. Já com as peças maiores, eles colaboravam, dividindo os ganhos em partes iguais. “É um trabalho que, no começo, dá muita vergonha. Os curiosos atrapalham bastante, chamam atenção da polícia” (Carlos). Enquanto Russão me fazia sua leitura do incêndio, Marques retornava com mais um saco repleto: “Aqui é tudo luvas de borracha e pedras de amolar. Vi um faqueiro e parece que tem um monte de panelas lá nos fundos”.

- 26 Quanto às possíveis causas do incêndio, os garimpeiros apostavam em um curto-circuito no andar de cima, onde funcionava o escritório do bazar, ponderando, contudo, que, geralmente, os proprietários destes imóveis estavam assegurados, e que o incêndio era uma boa oportunidade para fazer novos lucros com o terreno. “Agora está bom para abrir um estacionamento!”, exclamou Silvana. E foi isso mesmo que aconteceu, alguns meses depois, naquela esquina do Largo de São Francisco de Paula.
- 27 Passei mais de quatro dias com esses homens e mulheres que me confidenciariam algumas vicissitudes de seu trabalho, riscos, métodos, precauções, lucros e esquemas organizativos. Sempre atentos a incêndios ou desabamentos no centro da cidade, essa rede de garimpeiros põe logo em marcha seus saberes e contatos quando um prédio começa a dar indícios de uma queda iminente. Entre o desabamento e a chegada das empresas de demolição ou limpeza urbana, existe sempre uma fresta de tempo mal vigiada que é quando se desenvolve, mais ou menos na surdina, toda sua atividade. Embora eu tivesse conhecido apenas um pequeno grupo, explicaram-me que existe uma associação informal de garimpeiros urbanos buscando crescer e se organizar em cooperativas, tal como o trabalho cada vez mais articulado e expressivo dos catadores de lixo¹⁴. “Lixo?” – retrucavam – “é matéria prima!”.



Figura - Estacionados no bazar. Fotografia A.G., 2014

- 28 Como vimos, mais de um garimpeiro havia sido trabalhador na indústria da demolição, transmitindo a outros garimpeiros sua experiência e aprendizados como antigos funcionários de empresas privadas ou divisões públicas especializadas em demolição. Não por acaso moviam-se com tal destreza pelos escombros, retirando com maestria uma viga portante, sem que lhes caísse no corpo uma cobertura enfraquecida. Conquanto pudesse parecer algo desordenada, sua atividade requer do grupo que detenha avançados saberes,

rigorosamente estruturados em função de um exame das partes externas e internas de um corpo estrutural em decomposição. “O Marques pensa que somos leões, mas eu acho que garimpar está mais para urubus”, brincou Russão. Seja qual for a metáfora, certo é que o garimpo urbano ocupa um lugar de destaque, ainda que ofuscado e ilegal, nos processos de reciclagem arquitetônica de cidades como o Rio de Janeiro.

- 29 Como explicitavam aqueles homens e mulheres, a vida de uma construção arquitetônica segue depois de seu desabamento. Sobretudo para quem lida com fragmentos e resíduos, a desconstrução da arquitetura, seja ela voluntária ou acidental, representa uma proliferação altamente rentável de matéria-prima em potencial. Dos metais e madeiramentos levados a fundições e ferros-velhos aos objetos colecionáveis encontrados nas entranhas de uma construção (como, segundo eles, moedas antigas, placas, pedras talhadas, quinquilharias, raridades, fotografias e até mesmo *cápsulas do tempo*), há um fluxo de materiais arquitetônicos transitando constantemente entre o descartado e o resgatado, sofrendo oscilações de preço segundo um mercado complexo voltado para os materiais julgados obsoletos.
- 30 Encontramos, assim, um primeiro destino e uma primeira classificação do espólio arquitetônico, operados por uma rede informal de demolidores autônomos em contextos que, como declaravam os garimpeiros, poderiam ser os de um incêndio, mas também o de desabamentos ou de situações de “abandono” de um imóvel (estado que lhes pode render uma habitação). Deparamo-nos, assim, diante do amontoado de escombros, com diversos metais que compuseram certa vez as vigas e calhas de uma dada arquitetura, com seus canos internos, balaústres, peitoris, grades e gradis, portões e corrimãos. São peças levadas a grandes fábricas, onde esse material é vendido, e logo derretido e fusionado. Cada uma dessas peças perde aí seu nome e sua história, como elemento construtivo ou decorativo de uma habitação, para retornar ao seu estado de elemento químico dito “puro”, ou seja, para tornar a ser apenas ferro, cobre, bronze, aço, zinco. Voltam, pois, à cidade, como matéria-prima, para retomar um lugar novo na arquitetura urbana.
- 31 Mas os garimpeiros não contam apenas com a tabela de preços das fundições e ferros-velhos. Vimos que se trata de uma rede com contatos que se estendem, inclusive, a grupos de colecionadores e antiquários. Por seu tipo de acabamento ou raridade, comentavam eles, algumas dessas peças são desviadas do curso que leva à sua fundição. É uma seleção feita por garimpeiros que redireciona certos objetos e os desvia daquele destino incandescente, conduzindo-os a feiras de antiguidades e esbarrando no mundo dos objetos que, inversamente, não se desfazem de seu nome e de suas camadas de sedimentação histórica, mas se valorizam com eles.

Da arquitetura do entulho

- 32 Separados os metais, madeiramentos e demais objetos com valor de troca, uso ou peças colecionáveis, ainda há na pilha de escombros de um incêndio um emaranhado complexo e multiforme de matéria arruinada, destruída e entulhada que ainda se presta a outros usos e configurações. São porções de cimento, fragmentos de pedras, bocados de argila, putrefações de madeira e cacos de vidro. Essas peças são levadas para os chamados “lixões”, ou então para “aterros sanitários”. Aquilo que é descartado pelos garimpeiros, será recolhido por companhias públicas de limpeza urbana.¹⁵

- 33 Meu passo seguinte neste estudo que busca acompanhar o percurso dos resíduos arquitetônicos foi então visitar uma das sedes da Comlurb, empresa de limpeza urbana, coleta domiciliar, varrição e limpeza de logradouros públicos, áreas verdes, lagoas, areias das praias, túneis, viadutos, assim como de limpeza e higienização de hospitais municipais do Rio de Janeiro. Quem me recebe em sua sala na sede da companhia, no bairro da Tijuca, é Ângela Fonti, arquiteta e presidente da Comlurb em 2010. Pergunto a ela sobre o incêndio no Largo de São Francisco. Ângela me conta que é da alçada da companhia se encarregar de dar seguimento a esse “escombros”, categoria dos garimpeiros que passa a ser denominada, neste novo contexto, de “entulho” ou, mais precisamente, de “resíduos de construção e demolição” – RCD.¹⁶

Quando começou a construção de prédios altos, nas décadas de quarenta e cinquenta, os demolidores trocavam seu trabalho pelos materiais das construções antigas. Ninguém cobrava para demolir, pagavam para revender as madeiras, mármore, ferragens e telhas desse casario... Mas os materiais antigos eram de outro patamar de qualidade. Não se tira hoje de um prédio moderno o que se achava em um sobrado daqueles (Ângela Fonti).

- 34 Como ressaltam estudos recentes voltados para o tratamento de resíduos sólidos no Brasil, conduzidos por pesquisadores de distintos centros universitários de tecnologia, geociências e infraestrutura, existiria mesmo “pouca informação sistematizada sobre o estado da arte nacional do gerenciamento e reciclagem de RCD” (Miranda, Ângulo e Careli 2009). Talvez por serem valiosos de menos – ou quem sabe valiosos demais –, os resíduos urbanos não se apresentam de forma clara ao interessado. Tal obscuridade levanta discussões ditas “ambientais” a um primeiro plano, quiçá deixando para os bastidores as acirradas disputas que ocorrem pelo manejo do espólio arquitetônico carioca.

Só em 2002 foi homologada a resolução Conama 307, definindo que grandes geradores públicos e privados são obrigados a desenvolver e a implantar um plano de gestão de RCD, visando a sua reutilização, reciclagem ou outra destinação ambientalmente correta. Com isso, a reciclagem ganhou uma força extra. Iniciaram-se as implantações de planos de gerenciamento de RCD em canteiros, e normas técnicas foram elaboradas por comitês técnicos e publicadas pela ABNT em 2004 (Miranda, Ângulo e Careli 2009).

- 35 Como escreve a pesquisadora Lícia Salgado, estima-se que, até 2010, 50% dos RCD eram despejados irregularmente nas encostas e margens de rios. O transporte e “transferência de propriedade” do espólio arquitetônico certamente tem um custo e não é todo elemento construtivo fragmentado que tem um valor de uso e de troca imediato. Nesse sentido, comentava Ângela Fonti, haveria construtores e construtoras “irresponsáveis”, que durante muito tempo deram destinos “ambientalmente incorretos” a esse tipo de resíduos. Nessa direção, dizia ela, a criação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010) em sintonia com a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998), teria sido de fundamental importância para o controle do tratamento de RCD.
- 36 Com os “avanços” dos meios arquitetônicos de produção, comentava Ângela, “há cada vez menos material que pode ser diretamente reutilizado ou facilmente revendido”. Enquanto os tijolos maciços, por exemplo, de sobrados como o do Largo de São Francisco parecem ter um mercado visível de compradores, o tijolo oco moderno, atravessado por canais longitudinais, não pode ser retirado de um muro sem que sejam estraçalhadas suas finas camadas de cerâmica. Assim, tampouco detêm um valor de mercado que tornasse rentável o investimento em sua retirada minuciosa. Nesse cenário, não pareceria haver nenhum incentivo para que não sejam dispostos em locais irregulares.

- 37 Desde as últimas décadas do século XX, prosseguia Ângela Fonti, “seguindo as diretrizes da ECO 92 e da Agenda 21, o Brasil tem buscado reorganizar sua política de tratamento de RCD”, tentando implementar metas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos gerados em construções, reformas, reparos e demolições. Assim, o que era antes “reutilizado”, precisa agora ser “reciclado”.

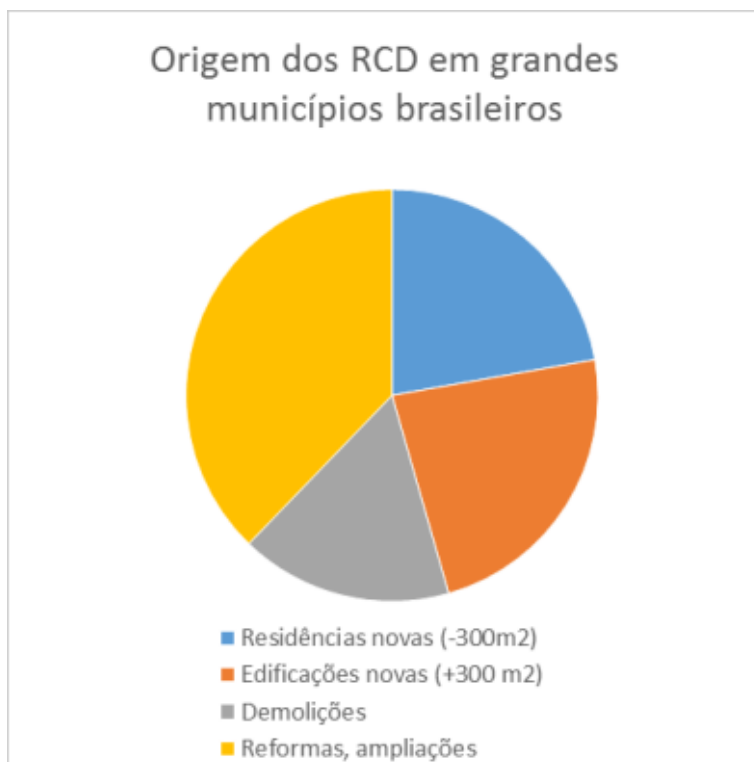


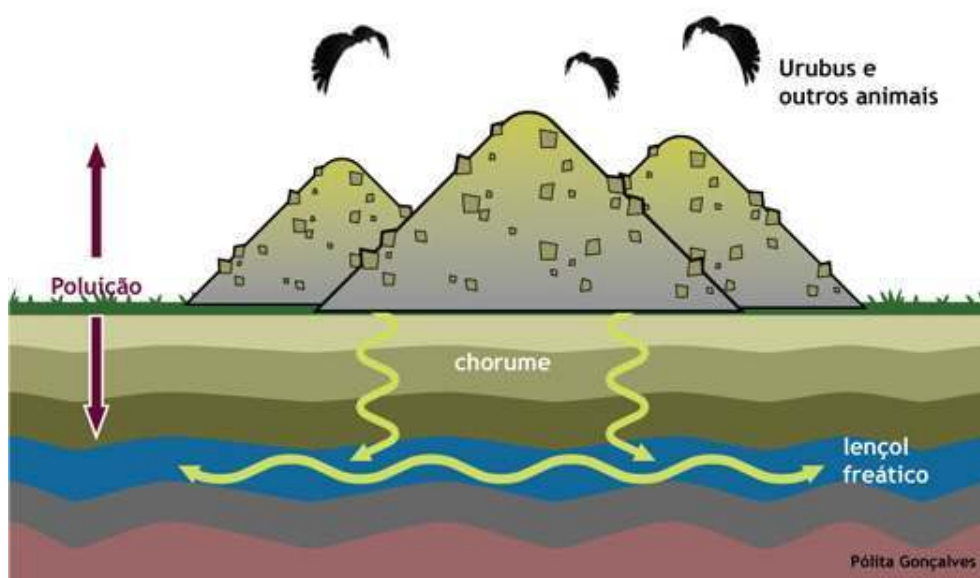
Figura - A reciclagem de resíduos de construção e demolição no Brasil 1986-2008” (Miranda, Angulo e Careli 2009)

- 38 Segundo Antônio Candeias, professor de engenharia da Uerj, as adaptações historicamente operadas no tratamento dos resíduos sólidos no Rio de Janeiro, que se iniciam com um *jogar na rua* e logo passam para um *jogar no mar*, ganham na segunda metade do século XX uma política de delimitação de áreas específicas para o despejo desses resíduos. São locais ditos “lixões urbanos”, entre os quais o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, no município de Duque de Caxias.¹⁷ Segundo ele, entre resíduos domiciliares e resíduos arquitetônicos, Gramacho chegou a receber 85% dos materiais descartados pela cidade do Rio de Janeiro, ou seja, segundo estimativas divulgadas pelo autor, oito mil toneladas diárias de um “resto” tão diversificado quanto misturado.
- 39 Com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010, declarava Fonti, o Governo do Estado estipulou uma meta – até 2014 – para a substituição dos ditos “ultrapassados lixões” pelos novos “aterros sanitários”.¹⁸ Vale o esclarecimento: enquanto os “lixões” representaram uma estratégia de manejo dos resíduos calcada na delimitação de zonas para o seu depósito, não incluíam aí uma prática “rigorosa” de classificação e tratamento, formando grandes pirâmides de um material variado e permitindo o derramamento descontrolado de *chorume*.¹⁹ Em contrapartida, os “aterros sanitários” inaugurariam um novo tipo de tratamento dos resíduos, marcado pela impermeabilização dos solos e captação dos gases liberados pela decomposição da matéria orgânica. Importante frisar, como remarca a pesquisadora Maria Raquel Passos Lima, os

novos aterros também renovam os acordos, limites e formas de controle sobre o trabalho dos catadores.

- 40 Como explica Ângela Fonti, um aterro sanitário requer entulho para seu funcionamento. Quando um caminhão de lixo descarrega resíduos urbanos em um aterro, segue-se a esse despejo e triagem de restos de plásticos, papéis, couros, algodões, louças, alimentos, uma segunda descarga de entulho (RDC) entregue por uma caçamba de coleta urbana. Essa camada de entulho, classificada segundo uma tipologia de reciclagem e granulometria, assim recobre e estabiliza a formação das novas estruturas “arquitetônicas” dos montes de espólios.²⁰

Lixão



Aterro Sanitário



Figura – Lixões e aterros. Desenho de Pólitá Gonçalves.

- 41 Mas a Comlurb não trata apenas, no que concerne à arquitetura, de escombros e cascalho. Até os anos setenta, acrescenta Ângela, a demolição mesma de arquiteturas públicas no Rio de Janeiro era função dos departamentos de limpeza urbana. “Como as demolições na época eram só de construções de até três pavimentos, os departamentos de limpeza urbana se encarregavam do trabalho”. Nesse sentido, em termos de coleta, não se fazia distinção entre o “lixo das habitações” e as “habitações como lixo”. Além do mais, prossegue, resíduos de demolições tinham alto valor de troca e era de interesse do poder público apropriar-se desse material.

Hoje, nós temos um serviço de teleatendimento, um serviço gratuito de retirada de entulho, para que esse material não vá parar em terrenos baldios. Temos duas estações de transferência, os aterros de Gericinó e Gramacho, que precisam desse entulho para fazer o recobrimento do lixo. E temos, na rodovia Washington Luiz, quilômetro zero, um lixão de entulho que se presta como cantaria ecológica (Ângela Fonti).

- 42 Com vimos, a crescente preocupação com o meio ambiente, expressa em leis e normas de manejo dos resíduos sólidos, tem levado a Comlurb a incentivar os atuais empresários da construção e demolição a *rebritar*, *granular* e *reutilizar* tanto quanto possível os resíduos arquitetônicos, apesar da queda do valor de troca dos materiais construtivos. Embora o recobrimento dos aterros sanitários seja uma alternativa para os RDC, o ideal, destaca a ex-presidente da companhia, seria multiplicar as possibilidades de reaproveitamento desse material na própria construção civil, como brita miúda para empenas, revestimento de paredes, em pavimentação, base e sub-base de estradas, assim como para calçamentos e meio fio, “como se faz em outros países”.

Acontece que nosso resíduo material, no Rio, tem muito tijolo de argila que serve para sub-base, mas nem tanto para a construção civil. Itaboraí produz muita telha e tijolo a preços competitivos, o que se torna a opção primeira das construtoras. Em São Paulo o material construtivo é o tijolo de concreto, com o qual se pode fazer brita miúda, que é material nobre da construção civil. Com isso se podem fazer calçadas e não gastar brita, que é granito, mineral que deve ser retirado de reservas naturais (Ângela Fonti).



Figura – Esteiras de espólios. Fotografias de duas estações espanholas de tratamento de resíduos sólidos, Guipuzcoa e Valladolid (2014)²¹

- 43 Assim como os garimpeiros urbanos, que no passado haviam trabalhado diretamente na indústria da demolição, a arquiteta e ex-presidente da Comlurb também havia antes estado às voltas com a produção de entulho, e não propriamente com seu tratamento. Em décadas anteriores, lembrava ela, havia sido funcionária da Secretaria de Urbanismo do Rio de Janeiro. “Nos anos setenta eu mesma assinei diversas licenças para demolir e tive até a oportunidade de apertar o botão de detonação das primeiras implosões da cidade, como a do prédio da antiga Polinter, que ficava na Avenida Presidente Vargas”. “Foi uma experiência e tanto”, exclamava ela, recomendado que procurasse falar sobre isso com o arquiteto Augusto Ivan Pinheiro, do Instituto Pereira Passos, e com um engenheiro muito conhecido no ramo da demolição, o “Manezinho”.

Eu estava no dia da implosão daquele prédio. Estava invadido. As pessoas foram tiradas de lá. O prédio ficava na frente do Palácio Itamaraty. Eu apertei o botão com a Ângela. Foi uma longa negociação com o Ministério das Relações Exteriores, que estava muito preocupado com seu patrimônio oitocentista. Mas deu tudo certo. A

engenharia de explosivos é realmente uma obra de arte (Arquiteto Augusto Ivan Pinheiro).

Implodir perto do Itamaraty foi um grande problema, veio até uma comitiva de engenheiros lá de Brasília. Fizemos uma reunião com o embaixador, para prestar esclarecimentos. Ele estava reticente com a obra. Então disse a ele que não se preocupasse, que eu mesmo mandaria alguém encapuzar e colocar fita crepe no busto do barão do Rio Branco. Expliquei que com a técnica da implosão, a poeira e vibração seriam menores do que uma demolição convencional. Aí eu falei: “Não posso garantir que não vai tremer, mas os sismógrafos da USP vão monitorar isso.

Filmamos um lustre do palácio durante a implosão, quase nem tremeu (Engenheiro de explosivos Manoel Jorge Dias).



Figura – Implosão na Avenida Presidente Vargas (1995). Fotografias cedidas por A.Fonti.

- 44 Segundo acrescentou Augusto Ivan Pinheiro em conversa posterior no Instituto Pereira Passos (IPP), licenças para demolir dependem fundamentalmente de duas variáveis. Primeiramente, é preciso verificar que o solicitante seja de fato proprietário do imóvel que pretende demolir. Em segundo lugar, faz-se um estudo do imóvel, verificando se está enquadrado em alguma área de proteção, se é tombado ou encontra-se sob tutela. Imóveis cuja construção é anterior a 1938 – data de fundação do Iphan – são encaminhados para

avaliação do Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC). Contudo, apesar de ser dada uma licença para demolir, também existe a possibilidade de que seja levantado um registro iconográfico para o imóvel. De fato, como pude ver no IPP, existe um arquivo fotográfico de prédios registrados demolidos, uma sorte de livro de tombo às avessas.

A Cidade Nova [bairro central do Rio de Janeiro] foi devastada, era um casario imenso... Quando estávamos fazendo garagens subterrâneas, se encontravam os baldrame das casas, a construção de pedra, que é uma das mais primitivas, por baixo da casa. Lá apareciam muitos objetos com valor arqueológico. (Augusto Ivan). Os anos sessenta e setenta eram uma época em que as pessoas queriam se livrar das construções antigas, mas artistas como o próprio Burle Marx visitavam os ferros-velhos e galpões de demolidoras para comprar granitos para suas esculturas. O sítio de Guaratiba tem muitas obras cuja matéria-prima vinha desse casario. (Ângela Fonti)

- 45 Se parte do espólio de uma construção arquitetônica demolida é levada por garimpeiros, o restante, como vimos, é encaminhado para lixões ou aterros sanitários, entre outros locais irregulares. Mas os arquitetos envolvidos em demolições também fazem seu garimpo, transformando fragmentos em monumentos, ao modo de metonímias de um todo destruído e resgatado por aqueles diretamente envolvidos com o entulho. Assim, por exemplo, ocorreu ao Edifício Andorinha (1934-1986), que ficava na esquina da Rua Graça Aranha com a Almirante Barroso, no centro da cidade. Ele teve um de seus fragmentos mais representativos monumentalizado após um incêndio – um painel de pastilhas do escultor brasileiro Belmiro de Almeida (1858-1935).

Ocorreu um grave curto-circuito no Andorinha e ele pegou fogo em 1986. Foi uma grande tragédia. Era uma demolição particular. Na época eu era subsecretária de Obras. Quando as chamas foram apagadas pelos bombeiros, notamos que o painel das andorinhas, que ficava no hall de elevadores, estava praticamente intacto. Eu estava com o engenheiro João Affonso Saint-Martin e nós pensamos em retirar o painel para que não fosse destruído e levado para um lixão. (Ângela Fonti).

- 46 Em 1999, quando se faziam obras ditas de “revitalização” na Rua do Lavradio, no centro da cidade, acompanhando o processo de delimitação de corredores culturais e de valorização da região do bairro da Lapa, Ângela Fonti comenta que o arquiteto Augusto Ivan teria sugerido que o painel fosse reerguido na Rua do Lavradio em memória do incêndio e vítimas no Edifício Andorinha. Essa peça escultórica, que passou mais de treze anos guardada em uma cobertura de gesso em uma usina de asfalto, na Avenida Francisco Bicalho, retornava a um lugar de centralidade visual, como uma peça que é recolhida da reserva técnica de um museu e pendurada em salão nobre.



Figura - Edifício Andorinha. Fotografia de 1986, acervo digital O Globo.

Figura - Painel das Andorinhas. Fotografia de Halley Pacheco de Oliveira, 2013

O retorno dos demolidos

- 47 No centro do Largo de São Francisco, sobre um pedestal hexagonal, repousa uma estátua de bronze, forjada pelo escultor francês Auguste Rochet. De pé, um homem faz um gesto retórico, levantando o braço como quem cede a palavra ou interpela uma confirmação. Trata-se de um dos conselheiros da coroa portuguesa, José Bonifácio de Andrada e Silva,

um dos personagens principais do processo de construção do Estado brasileiro como nação independente. Seu monumento fora inaugurado no Largo de São Francisco por ocasião das comemorações do cinquentenário da independência do Brasil, a 7 de setembro de 1872, contando com a presença do imperador do Brasil, D. Pedro II. Encomendada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que se encarregava do projeto pedagógico de narração, por intervenções pontuais na cidade, de uma história nacional oficial, a estátua foi esculpida nos moldes de representação esculturais do Romantismo europeu, exaltando ideais nacionalistas e civilistas²².

- 48 O IHGB ocupou até 1968 algumas das repartições que conformavam o edifício do Silogeu Brasileiro, demolido por uma companhia de limpeza urbana para o alargamento da Rua Augusto Severo, na área central do Rio de Janeiro. Ironicamente, o instituto ao qual compete colecionar, metodizar e arquivar a história nacional foi, ele mesmo, como documento arquitetônico que é, dispersado em fragmentos diversos. Uma parte de seu espólio foi levada para uma fundação.



Figura – Edifício do Silogeu Brasileiro. Fotografia de 1966, do arquivo de Paulo Pacini²³

- 49 A dois quarteirões de um dos maiores cemitérios do Brasil, o cemitério do Caju, funciona uma das sedes da Fundação Parques e Jardins. Criado em 1893, o órgão é hoje vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura do Rio de Janeiro e a ele compete a administração dos parques municipais urbanos, o paisagismo, a arborização e a manutenção de praças e seu mobiliário urbano, como bancos, balanços, estátuas e chafarizes. Além das mudas que crescem nesses espaços da cidade e das novas mobílias urbanas confeccionadas por carpinteiros, à espera de serem transplantadas para um novo endereço, a fundação em questão é também o depósito ou “saguão de espera”, das estátuas mancas, estátuas de homens tornados infames, bustos desfigurados, cavalos de bronze decapitados. Há também antigos postes de luz fabricados para lâmpadas de tungstênio, relógios sem ponteiro, ponteiro sem relógio, bueiros com inscrições de repúblicas distantes, grades com brasões imperiais, aparelhagens de redes de

comunicação obsoletas, portões, murais e tantos outros restos pinçados a meio caminho entre os aterros sanitários, lixões, fundições, ferros-velhos e demais destinos que acometem os restos arquitetônicos.

50 Precisamente no início dos anos setenta do século passado, a Fundação Parques e Jardins do Rio de Janeiro recebeu, na íntegra, a fachada de um palacete oitocentista. Naquela época, declarava o engenheiro a cargo da demolição, “as caçambas que hoje vemos nas calçadas ainda não haviam sido implementadas para a coleta de entulho”. Assim, em um caminhão basculante com carroceria de madeira, chegaram, pedra por pedra, como em um quebra-cabeça, o conjunto da fachada do recém-demolido Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) com as bases, colunas, colunatas, capitéis e frontão, tudo em fragmentos tão indivisíveis quanto possível.

51 Depois das conversas com Ângela Fonti, fui, por recomendação dela, encontrar um antigo engenheiro carioca, no Gabinete do Secretário da Divisão de Vistorias Estruturais, no prédio da Prefeitura. Quem me recebe para comentar a demolição do IHGB é o engenheiro João Affonso Saint-Martin. “No primeiro mandato de Antônio Chagas Freitas como governador do estado da Guanabara”, relembra o engenheiro, “foram realizadas grandes intervenções no bairro da Lapa que buscavam dar visibilidade aos arcos do antigo aqueduto colonial, criando-se, assim, um novo espaço aberto no centro da cidade, o Largo dos Arcos, que dava também destaque às novas construções na região, como o prédio da Petrobrás e a nova Catedral Metropolitana.

Na época eu trabalhava na DLU, que era o Departamento de Limpeza Urbana e que depois viraria a Comlurb. Estava tendo obras grandes na Lapa. Aí um dia o Emílio Ibraim me ligou, dizendo que a rua Augusto Severo seria duplicada, que passaria a ser uma via de mão dupla. Mas havia esse prédio no caminho. Era recortar o passeio público ou derrubar o IHGB. Então o Emílio Ibraim, que era o secretário de obras do Chagas Freitas, me chamou para que fizéssemos a demolição... Acontece que a fachada era tão bonita, com pedras tão bem trabalhadas, que me pareceu que seria uma lástima jogar aquilo no caminhão de entulho. Mande para a Fundação Parques e Jardins. Tiramos a fachada inteirinha, pedra por pedra. O que o Parques fez com isso eu não sei. Dizem que sumiu.

Eram dois pavimentos que foram abaixo na picareta. Tiramos primeiro o telhado e depois arriamos as paredes. Chegamos no piso, de madeira, também retirado. O piso era todo de madeiras grandes, com sarrafos. É o que se chama tábua corrida, com vinte centímetros de largura. Tinha pranchetas pregadas naquelas vigas que se apoiavam nas paredes de alvenaria grossa, principalmente as estruturais. Era tudo de tijolo maciço, pedras e cascalhos. Foi uma demolição totalmente manual e o material foi todo vendido. Como antigamente tinha uma argamassa que colava levemente as pedras e os arcos de autossustentação, a obra não precisou de maquinaria. Na verdade, as escavadeiras só chegaram depois dos anos setenta, quando surgiram os cimentos modernos, do tipo Portland, que são muito potentes (J. A. Saint-Martin).

52 Depositadas no galpão da Fundação Parques e Jardins, as peças numeradas da fachada foram depois remontadas pelo engenheiro à frente do desmonte do antigo IHGB. Embora coubesse a ele apenas a tarefa de demolição do prédio, sua sensibilidade estética e histórica levou-o, por iniciativa própria, a proceder a um trabalho que complexificou a demolição, produzindo mais um desses desvios nos fluxos dos fragmentos arquitetônicos. Assim como o que havia ocorrido com a fachada da Academia Real de Belas Artes – prédio projetado em 1819 pelo arquiteto Grandjean de Montigny, demolido em 1938 e cuja fachada havia sido retirada minuciosamente, e posteriormente remontada em uma

alameda do Jardim Botânico –, João Affonso Saint-Martin pensava que também a fachada do IHGB poderia ser devolvida à cidade na forma de algum tipo de monumento.

- 53 Embora a chamada “arquitetura moderna”, no espírito da carta de Atenas, pregasse uma primazia da “funcionalidade e salubridade” das construções em detrimento do culto da história e da estética do pitoresco –²⁴ recomendando que se “descartassem as velharias”, diria Le Corbusier –, visto de perto, o espólio arquitetônico parece produzir constantes disputas. Lideradas por distintos grupos sociais, as querelas pelo espólio revelam zonas de contato entre os objetos classificados como entulho e sua revalorização como matéria-prima, coleções, monumentos ou patrimônios. Se a ideia de permanência na arquitetura é uma ficção, também o é a da tábula rasa, pois, decerto, a matéria demolida e fragmentada não desaparece do tecido urbano, mas segue um percurso criativo e dinâmico capaz de mostrar o quanto é sólido o postulado segundo o qual a consciência do desaparecimento arquitetônico desperta também o interesse patrimonial (Gonçalves 1996; Veschambre 2013).
- 54 Ainda que a ideia de preservação, monumentalização ou patrimonialização de construções arquitetônicas seja correntemente oposta à da demolição, voluntária ou involuntária, dessas estruturas, ambas participam ativamente na elaboração das seleções e descartes materiais que constituem os processos de transformação urbana. Como vimos, o percurso do entulho é constantemente interrompido por triagens e desvios, contribuindo para a ideia de que o fluxo da matéria descartada vaza em todos os nós de seu processo de decomposição, oferecendo sempre novos fragmentos tanto para a indústria da construção civil quanto para as feiras de antiguidades, agências e institutos do patrimônio.
- 55 O diálogo com aqueles diretamente envolvidos com o tratamento dos materiais descartados e com a circulação dos julgados obsoletos desdobra um universo de relações, seleções, (des)valorizações e trocas de fragmentos arquitetônicos que complexificam os debates sobre as relações entre demolição e esquecimento, preservação e memória.²⁵ Conquanto a produção de entulho possa ser associada a um apagamento dos rastros construtivos, ela é portadora de metonímias em potencial, de partes que revelam ausências e são capazes de alimentar os mecanismos mnemônicos de coletividades urbanas. Entre a visibilidade no espaço público e a suposta perda para um aterro ou “lixão”, nunca parece ser definitivo o apagamento dos fragmentos. Se a possibilidade de retornar à cidade é um imponderável, certo é que em boa medida dependerá também da sensibilidade de garimpeiros, garis e demolidores.

BIBLIOGRAFIA

ADEODATO, Sérgio. 2007. “Garimpeiros urbanos”. *Horizonte Geográfico*, 113. ed. Disponível em: <http://horizontegeografico.com.br/exibirMateria/180/garimpeiros-urbanos#sthash.PHkgE1Xn.dpuf>.

- APPADURAI, Arjun. 1986. "Commodities and the Politics of Value". In: _____. (org.), *The Social Life of Things. Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRAND, Stewart. 1994. *How Buildings Learn: What Happens After They're Built*. Nova York: Viking Press.
- BRUMANN, Christoph. 2014. "Heritage agnosticism: a third path for the study of cultural heritage". *Revista Social Anthropology*, n.22: 173-188, European Association of Social Anthropologists.
- BYLES, Jeff. 2005. *Rubble: Unearthing the History of Demolition*. Nova York: Three Rivers Press.
- CANDEIAS, Antônio Henrique. Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. Palestra proferida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.eng.uerj.br/publico/anexos/1303618227/AntonioCandeiaspalestraentulhoUERJ2011-fen50anos.pdf>.
- GAMBONI, Dario. 2006. "Preservation and Destruction, Oblivion and Memory". In: A. L. McClanan; J. Johnson (orgs.), *Negating the Image. Case Studies in Iconoclasm*. Londres: Ashgate.
- GOFFMAN, Erving. 2009. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GONÇALVES, José Reginaldo. 2002. *A Retórica da Perda. Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura/Iphan.
- INGOLD, Tim. 2010. *Bringing Things Back to Life. Creative Entanglements in a World of Materials*. NCRM. Realities/Morgan Centre, University of Manchester.
- _____. 2013. *Making: Anthropology, Archaeology, Art and Architecture*. Londres: Routledge.
- KAZ, Roberto. 2007. "A Meca da reciclagem". *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/a-meca-da-reciclagem>
- KOOLHAAS, Rem. 2001. *Junkspace*. Paris: Manuels Payot.
- LATOURE, Bruno. 2008. "O que é Iconoclasm ? Ou, há um mundo além das guerras de imagem?". *Horizontes Antropológicos [online]*. Porto Alegre, v.14, n.29.
- LE CORBUSIER. 1986. *Towards a New Architecture*. Nova York: Dover Publications.
- MENEZES, Caio de. 2010. "Fogo de cinema na Rua do Teatro". *Jornal do Brasil [online]*. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/03/18/fogo-de-cinema-na-rua-do-teatro/>.
- MIRANDA, Leonardo, ANGULO, Sérgio e CARELI, Élcio. 2009. "A reciclagem de resíduos de construção e demolição no Brasil: 1986-2008". *Ambiente Construído*. Porto Alegre, v.9, n.1: 57-71.
- PACINI, Paulo. 2013. *A Grande Estátua*. Disponível em: <http://www.semprerio.com/pt/home/item/81-a-grande-est%C3%A1tua>.
- SALGADO, Lícia Domeneck. 2010. *Análise da Aplicação de Agregado Reciclado em Cobertura de Aterros de Resíduos Sólidos Urbanos*. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola Politécnica.
- SATO, Alberto. 2005. "Demolición y clausura". *Revista ARQ Ensayos y Documentos*, n. 59. Santiago de Chile: El Tiempo.
- VESCHAMBRE, Vincent. 2005. "Le recyclage urbain, entre démolition et patrimonialisation: enjeux d'appropriation symbolique de l'espace". *Revista Noroís [online]*, n.195.

NOTAS

1. Os livros *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e conceitos contemporâneos* (2007) e *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos* (2012), organizados respectivamente por Manuel Ferreira Lima Filho, Cornelia Eckert, Jane Felipe Beltrão e, no segundo tomo, por Izabela Tamaso e Manuel Ferreira Lima Filho, reúnem contribuições de dezenas de pesquisadores dedicados ao conceito de patrimônio no contexto das reuniões brasileiras de antropologia (RBA/ABA), fornecendo um vasto cenário de debates a esse respeito.
2. Gostaria de registrar aqui meus agradecimentos aos garimpeiros, arquitetos e engenheiros que contribuíram com esta pesquisa em andamento. Ângela Fonti, Augusto Ivan Pinheiro, João Affonso Saint-Martin, Vera Dias e aos garimpeiros urbanos que, por praticarem uma atividade ilegal, aparecem aqui com nomes fictícios.
3. “A Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro, compunha-se inicialmente de um terreno pantanoso, que custou a ser drenado e ocupado. A região, com baixa elevação, recebia as águas do Morro de Santo Antônio, e aproximadamente onde é o Largo de São Francisco havia uma grande lagoa, chamada de Lagoa da Pavuna. Durante muito tempo, o único caminho que ali chegava seguia pela encosta do Morro de Santo Antônio, e foi origem da futura rua da Carioca. Com a drenagem após principalmente a metade do século XVIII, o terreno, apesar de bastante desvalorizado, começou enfim a ser ocupado.” (Pacini 2013)
4. Para uma discussão e reflexões sobre as mobilizações sociais ocorridas no segundo semestre de 2013, motivações, repressão e apontamentos etnográficos, ver o volume 13 (1) de Junho 2014 da Revista Enfoques, disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/index>
5. “Idealizado a partir da constatação de que o centro da cidade estava sofrendo um desgaste progressivo de suas funções originais, em virtude da hegemonia crescente das atividades financeiras, o projeto Corredor Cultural tem como objetivos preservar e revitalizar determinados ambientes urbanos de valor tradicional, envolvendo a população neste processo de discussão e intervenção nos espaços abrangidos pelo projeto”. Ver Decreto 4141 de 1983 e Lei n.1139 de 16 de dezembro de 1987 da Legislação do Patrimônio Cultural: disponível em <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/legislacao.shtm>
6. Ministrados pelo Prof. José Reginaldo Gonçalves, os seminários *Antropologia do Espaço: Arquitetura, Urbanismo e Preservação Histórica* tinham como fio condutor uma discussão voltada para o entendimento e trânsitos entre concepções de espaço e arquitetura em diferentes contextos socioculturais.
7. Como bem ressalta Veschambre : « le changement d’usage, lorsqu’une activité économique ou une fonction sociale apparaissent obsolètes, sont généralement l’occasion d’une redistribution des cartes, de conflits d’appropriation des espaces ainsi laissés vacants. C’est précisément au moment de ces mutations économiques et sociales, dans une situation de vacance, de désaffectation de ces espaces, que se jouent la réaffirmation ou la remise en question des pouvoirs qui s’y exerçaient au préalable et dans le même temps le type de traitement de ces héritages, entre logique de la table rase et logique de la conservation. C’est en effet l’occasion de s’approprier, ou de se réapproprier des espaces, afin d’en tirer des bénéfices symboliques, en terme d’image de marque, et/ou des bénéfices économiques liés à de nouvelles activités ». (Veschambre 2005: 06)
8. O desabamento de uma construção arquitetônica é mesmo um evento muito fotografado. Implosões e incêndios constituem cenas marcadas por uma experiência de transição que é ao mesmo tempo arquitetônica, mas também íntima e pessoal. Nas palavras do arquiteto chileno Alberto Sato; “Es difícil evitar el sobresalto provocado por una explosión, y cuando va

acompanhado del espectáculo del desmoronamiento de um edifício, a esa primera emoción se agrega um goce íntimo: el de haberse librado del pasado. (...) El interés por el tema de la demolición resulta de los enfoques, ideas y realizaciones nacidas de la angustia por la deflagración de un estatuto que se creía unitário” (Sato 2005: 58).

9. Faço aqui referência ao documentário *Les glaneurs et la glaneuse* [Os catadores e Eu, 2010] de Agnès Varda. O filme acompanha uma série de catadores franceses explorando aspectos históricos, éticos, estéticos e simbólicos dessa atividade, tanto em contextos rurais quando urbanos.

10. Retomando os postulados em *The Philosophy of Money*, Appadurai dirá que “the economic object does not have an absolute value as a result of the demand for it, but the demand, as the basis of a real or imagined exchange, endows the object with value: ‘the difficulty of acquisition, the sacrifice offered in exchange, is the unique constitutive element of value, of which scarcity is only the external manifestation, its objectification in the form of quantity’. In a word, exchange is not a by-product of the mutual valuation of objects, but its source. (Appadurai 1986: 04)

11. Espólio é uma palavra de origem latina, *spolium*, e remete às partes não comestíveis de um alimento, são os restos de um animal ou aquilo que se desprende ou cai de uma estrutura vegetal ou mesmo arquitetônica. Seus sentidos figurados são muitos, sendo o termo também sinônimo de fraudes, roubos e saques mais ou menos belicosos e ao conjunto de bens materiais passados como herança de uma geração à outra, podendo assim constituir coleções.

12. A este respeito escreveu Erving Goffman: “Tomando um recente estudo sobre o comércio de ferro-velho, onde são fornecidos dados sobre a impressão que os negociantes julgam oportuno dar: ‘o vendedor de ferro-velho está vitalmente interessado em sonegar ao público em geral a informação sobre o verdadeiro valor financeiro do ferro-velho. Deseja perpetuar o mito de que o ferro-velho não tem valor e que os indivíduos que com ele negociam estão arruinados e são dignos de pena’. Estas impressões têm um aspecto idealizado, pois para que o autor seja bem-sucedido deve apresentar o tipo de cena que leva a cabo os estereótipos extremos dos observadores sobre a pobreza infeliz. (Goffman 2009: 45)

13. *Tabela de preços dos materiais segundo garimpeiros em março de 2010. Valores em reais por quilograma*: Ferro: 0,20 / Chumbo: 2 / Alumínio: 2,5 / Aço: 5 / Cobre: 9 / Bronze: 15 / Cedro: 20 / Garapa: 25 / Ipê: 30 / Peroba e Canela: 40 / Pinho de Riga: 40 / Jacarandá: 40 / Papelão: 0,15 / Janelas: 150 / Portas: 200 / Grades: 300

14. Segundo Sergio Adeodato, em artigo publicado na Editora Horizonte em 2007, “O Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou uma linha de crédito especial para equipar as cooperativas de catadores. Entre os quase 100 projetos apresentados, cerca de 30 deverão ser contemplados com os recursos, que giram em torno de R\$ 170 milhões. Aos poucos, o trabalho dos catadores é reconhecido como uma profissão e valorizado. Na Cooperativa Nova Conquista, no bairro do Itaim Paulista, em São Paulo, cada um dos 85 cooperados ganha em torno de R\$ 800 mensais. Ali, nada é dispensado: além dos materiais tradicionais, como latas de alumínio, papéis diversos, vidros e plásticos, os trabalhadores recolhem até os rótulos de embalagens, como de garrafas de óleo para cozinha e de potes de margarina. “Há comprador para tudo”, afirma Josefa Lourenço dos Santos, 66 anos, hábil na separação dos tipos de papel para a reciclagem. Um bazar, dentro do galpão da cooperativa, exhibe raridades encontradas no lixo urbano: pôsteres antigos de cantores famosos, chuveiros elétricos, roupas, eletrodomésticos e diversos objetos de decoração.” Ver mais em : <http://horizontegeografico.com.br/exibirMateria/180/garimpeiros-urbanos#sthash.IOH5KZoG.dpuf>

15. A Companhia Municipal de Limpeza Urbana – Comlurb – é a maior organização de limpeza pública da América Latina. Sociedade anônima de economia mista, tem a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como acionista majoritária.

16. Agradeço a Maria Raquel Passos Lima, antropóloga que conduziu pesquisa em Jardim Gramacho, por suas sugestões bibliográficas e conversas sobre os tratamentos de resíduos no Rio de Janeiro.

17. CANDEIAS, A. H. *Gerenciamento de resíduos da construção civil*, palestra disponível em: <http://www.eng.uerj.br/publico/anexos/1303618227/AntonioCandeiaspalestraentulhoUERJ2011-fen50anos.pdf>.

18. Em nota da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), “um dos eixos principais de atuação do Governo do Estado para a erradicação dos lixões municipais até 2014 é o Programa Lixão Zero, que, coordenado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), integra o Pacto do Saneamento e o Plano Guanabara Limpa. O programa Lixão Zero é anterior à lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e prevê o encerramento dos lixões até 2014 e sua remediação até 2016”. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=926885>.

19. Segundo definição do Departamento de Química da Universidade Federal do Paraná (UFPR), “o chorume é um líquido escuro contendo alta carga poluidora, o que pode ocasionar diversos efeitos sobre o meio ambiente. O potencial de impacto desse efluente está relacionado com a alta concentração de matéria orgânica, reduzida biodegradabilidade, presença de metais pesados e de substâncias recalcitrantes. A decomposição dos resíduos sólidos depositados em aterros sanitários é um processo dinâmico comandado por organismos decompositores de matéria orgânica, sendo em sua maioria bactérias heterotróficas, aeróbias e facultativas”. Disponível em: <http://www.quimica.ufpr.br/tecnotrater/chorume.htm>.

20. Segundo Candeias, há quatro classes de RDC: “Classe A – são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: solos provenientes de terraplanagem, cerâmicas, argamassa e concreto. Classe B – são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e outros. Classe C – são os resíduos comuns para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações que viabilizem sua recuperação, tais como gesso. Classe D – são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes e óleos ou aqueles contaminados por resíduos tóxicos” (Candeias 2007).

21. Fontes: <http://www.biurrarena.com/plantas-rcd.php> e http://www.reco.es/reciclados.php?art_id=22.

22. Segundo Vera Lucia Dias Oliveira, pesquisadora dos monumentos públicos cariocas, a estátua de José Bonifácio é o segundo corpo de bronze inaugurado no Rio de Janeiro, sendo o primeiro o do próprio Pedro II e seu cavalo, na atual praça Tiradentes. Tratava-se de uma prática de revestimento urbano do final do século XIX, ancorado em um programa político e pedagógico francês, que confeccionava e exportava as peças de bronze a distintas cidades, com seus personagens locais desejados. No Brasil a comissão de escolha desses “imortais” era orquestrada justamente pelo IHGB, órgão institucional criado em 1838 cujos objetivos são mantidos até a atualidade, adaptados às conjunturas nacionais e internacionais, segundo o qual é primordial “coligar [reunir em coleção o que anda disperso], metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil” (<http://www.ihgb.org.br/ihgb.php>)

23. Construído durante o século XIX para ser uma maternidade, acabou ficando sem função após a inauguração da unidade de Laranjeiras (hoje pertencente à UFRJ), e foi abandonado. Ao terminar a obra, foi decidido que o prédio abrigaria, além do IHGB, também a Associação Brasileira de Letras, a Academia de Medicina e o Instituto dos Advogados, todos ainda sem sede própria. Como não se sabia qual nome dar ao prédio, cunhou-se a expressão Silogeu Brasileiro, que significa “casa de estudos em conjunto”. Aos poucos, as outras entidades foram obtendo casa própria, só ficando o IHGB, até que, finalmente, nos anos 1970, pôde se mudar para o prédio atual, ao lado do desaparecido Silogeu. (Paulo Pacini. Disponível em: <http://www.jblog.com.br/rioantigo.php?itemid=22016>).

24. Como declarava nos anos trinta o arquiteto suíço Le Corbusier, “se eliminarmos de nossas almas e mentes todas as concepções ultrapassadas em relação à casa, e olharmos a questão de um ponto de vista crítico e objetivo, chegaremos à ‘casa-máquina’, a casa da produção de massa,

salubre (também moralmente) e bela, assim como as novas ferramentas e instrumentos que acompanham a existência moderna” (Le Corbusier 1986: 07).

25. Faço aqui referência à colocação de Dario Gamboni, para quem: “Destruction does not suffice – any more than does preservation – to guarantee permanence. But it can contribute to it, and this is enough to challenge the equation between memory and material survival” (Gamboni 2006: 168).

ÍNDICE

Keywords: demolition, solid waste, rubble, heritage, urban renewal

Palavras-chave: demolição, resíduos sólidos, escombros, patrimônio, transformações urbanas

AUTOR

ALBERTO GOYENA

Mestre em Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde, atualmente, é doutorando (PPGSA/IFCS/UFRJ). Pesquisador vinculado ao Laboratório de Antropologia da Arquitetura e Espaços (LAARES/PPGSA/IFCS/UFRJ) www.laares-ufrj.com e-mail: goyenasoares@gmail.com